

# Cesta de bens e serviços territoriais na comunidade de IRATAPURU – AMAPÁ/BRASIL: um olhar sobre as possibilidades turísticas como impulsionadoras da economia e fixação local da população

*Basket of territorial goods and services in the community of IRATAPURU - AMAPÁ/BRASIL: a look at tourist possibilities as drivers of the economy and local settlement*

## Waldery Nascimento

Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá), Laranjal do Jari, Brasil

## Nubia Caramello

Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá), Laranjal do Jari, Brasil

## Diego Armando Silva da Silva

Departamento de Engenharia Florestal (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá) Laranjal do Jari, Brasil



### RESUMO

**Objetivo da Investigação:** Analisar o potencial da oferta de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), como uma ferramenta de desenvolvimento para a comunidade extrativista de São Francisco do Iratapuru, na Amazônia Oriental.

**Metodologia:** Consiste em um estudo de caso, com pesquisa de campo na qual foram aplicadas entrevistas e uma análise de dados secundários considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Possui aspectos exploratório e descritivo contendo elementos que investigaram os produtos potenciais que podem compor a cesta de bens e serviços territoriais e as possibilidades turísticas do território. As questões abertas passaram por uma análise de conteúdo.

**Resultados:** Ainda que o termo Cestas de Bens e Serviços Territoriais fosse algo desconhecido pelos entrevistados, estes apresentaram o potencial de ofertas de produtos com predomínio do uso da Castanha da Amazônia. Entretanto, diante da mesma estar disponível apenas em alguns períodos do ano, buscaram-se novas possibilidades como óleos de andiroba, pracaxi, artesanato com matéria-prima natural e a oferta de serviços como trilhas terrestres e fluviais, hospedagem em casa de família, comida regional como peixe, açaí, taperebá e outros frutos da floresta. Apresentam-se como desafios a oferta de infraestruturas, a formação continuada e o envolvimento de outros setores que viabilizem a implantação de um turismo que não comprometa a qualidade de vida da comunidade.

**Originalidade/Valor:** É o primeiro diagnóstico perceptivo do potencial de CBST aplicado ao turismo da comunidade, evidencia a potencialidade da implantação de cestas de bens e serviços para atração de turismo e apresenta a percepção dos atores locais sobre a necessidade de novas alternativas de economias que valorizem a sociobiodiversidade, a cultura local e o Rio.

**Palavras-chave:** Laranjal do Jari; Amazônia Oriental; Turismo; Inovação Econômica.

### ABSTRACT

**Research Purpose:** Analyze the potential of the Basket of Territorial Goods and Services as a development tool for the extractive community of São Francisco do Iratapuru in the Eastern Amazon.

**Methodology:** It consists of a case study, with field research in which interviews and an analysis of secondary data were applied, considering qualitative and quantitative aspects. It has exploratory and descriptive aspects containing elements that investigated the potential products that can make up the basket of territorial goods and services and the tourist possibilities of the territory. The open questions underwent a content analysis.

**Findings:** Although the term Baskets of Territorial Goods and Services was something unknown to the interviewees, they presented the potential for offering products with a predominance of the use of the Amazon Chestnut. However, given that it is available at certain times of the year, they sought new possibilities such as andiroba oils, pracaxi, handicrafts with natural raw materials and the offering of services such as land and river trails, accommodation in family homes, regional food such as fish, açaí, taperebá and other fruits of the forest. They also presented the challenges of offering infrastructure, continuing education and involvement of other sectors that enable the implementation of tourism that does not compromise the quality of life of the community.

**Originality/Value:** It is the first perceptible diagnosis of the potential of BTGS applied to community tourism, highlighting the potential of implementing baskets of goods and services to attract tourism end based on the perception of local actors about the needs for new economic alternatives that value sociobiodiversity, local culture, and the river.

**Keywords:** Laranjal do Jari; Eastern Amazon; Tourism; Economic Innovation.

## 1. Introdução

*“O diálogo em prol da sustentabilidade do Rio Jari e do Povo Iratapuru seguirá sempre em frente com a resiliência necessária e a sabedoria construída por nós e pela academia”* (Freitas & Silva, 2022, p. 509).

Com as grandes pressões para a sustentabilidade do planeta e o impacto que as mudanças climáticas vêm promovendo, vale a aproximação da escala local a partir da leitura das necessidades de desenvolvimento de uma comunidade que busca manter a floresta em pé, como reconhecimento do valor da prática do extrativismo não madeireiro. Neste viés é importante ter em mente que o conceito de desenvolvimento sustentável não terá a mesma dinâmica em todos os espaços, porque envolve atores territoriais que trazem a sua ideologia na modelagem espacial e são eles que podem promover um saber aplicável para a análise e interpretação espacial (Mateo Rodrigues & Silva, 2010). Quando se vincula a iniciativa ao turismo, o termo pode ainda ficar confuso ou não definido por completo, sendo sugerido pelo *Vitae Civilis & WWF* o emprego do termo “turismo consciente” (2003), como aquele que possa promover o acesso aos bens e serviços de uma comunidade sem impactá-la ou com o menor impacto possível.

O conhecimento de comunidades tradicionais é a base para se pensar o espaço vivido e o estilo de vida vivenciado, como oportunidades para inclusão em novas economias. Neste aspecto, a comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, no estado do Amapá – Brasil, é um exemplo de que a floresta em pé pode proporcionar o desenvolvimento econômico. A frase inicialmente apresentada pertence a uma liderança da comunidade São Francisco do Iratapuru e nela pode-se observar que para estes, depositar nas instituições de pesquisa a confiança de que uma leitura que integra moradores e pesquisadores sobre esse espaço pode instrumentalizar novas experiências e oportunidades de reflexão sobre o seu território, ilustra o quanto essa comunidade conhecida de forma generalizada como ribeirinha, considerando que o transporte fluvial é a única forma de acesso a ela, reconhece que a busca por novos caminhos para o desenvolvimento local se faz necessário.

Foi nesse cenário que nasceu o projeto aprovado pela Iniciativa Amazônia + 10: “Caracterização socioambiental, diagnóstico da gestão territorial e análise do potencial de sustentabilidade nos Vale do Guaporé, Rondônia e Jari - Amapá: desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável, gestão da água e educação ambiental”, elaborado por pesquisadores das universidades de Rondônia, São Carlos, Universidade do Oeste do Paraná e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)” (Caramello et al., 2024). A pesquisa possui múltiplas vertentes, entre as quais está compreender o potencial integrador da biodiversidade e sociobiodiversidade na viabilidade de cestas de bens e serviços, considerando como consumidores os moradores do Vale do Jari, e o turismo que está em processo de implantação, não deixando de considerar o desenvolvimento proporcionado pela Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU, como exemplo de bioeconomia regional, tendo a Castanha da Amazônia (*Bertholletia Excelsa*<sup>1</sup>) como matéria prima, industrializada na própria comunidade (De

---

<sup>1</sup> A *Bertholletia Excelsa* é conhecida por alguns nomes populares como: Castanha-do-Brasil, Castanha-do-Pará, Castanheira e Castanheira-do-Brasil. A comunidade em foco no presente estudo, adota castanha-do-brasil, razão pela qual é o termo empregado no presente estudo.

Freitas et al., 2022; Freitas & Silva, 2022).

O retorno da comunidade à questão acima apresentada retrata o potencial de implantação de uma cesta de bens e serviços territoriais – CBST, inicialmente pensada a partir desta, podendo se estender para todas as comunidades que estão inseridas dentro da RDSI vinculada ao Rio Jari, como as comunidades de Santo Antônio da Cachoeira, São José (quilombo) e Padaria. A CBST é um conjunto de produtos e atividades que podem expressar identidade, cultura, biodiversidade e o potencial econômico de um território específico (Cazella et al., 2020). Essa cesta pode ser usada como uma ferramenta de valorização, conservação e desenvolvimento sustentável das comunidades que habitam esse território (Tecchio et al., 2021), como é o caso de comunidades extrativistas na Amazônia. Estas, distantes de centros urbanos, moldam um estilo de vida junto da paisagem que habitam.

A partir do diálogo científico exercido há mais de duas décadas com a comunidade da floresta, fica claro que o conceito de desenvolvimento sustentável para um empreendedor de cidades de médio e grande porte não é o mesmo para as populações que habitam a floresta e vivem do extrativismo. Estes possuem valores específicos a partir da identidade vinculada à paisagem moldada por seus ancestrais e pela filosofia de vida que adotam. Contudo, em comum há a luta pelo direito à inclusão socioeconômica, acrescentando-se, mais recentemente, a busca pelo desenvolvimento local, uma luta diária pelo direito à permanência no espaço vivido. Na proposta apresentada adota-se como referência a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) que traz em seu ODS-11 o reconhecimento da importância da valorização de Comunidades e Cidades Sustentáveis.

Na região Amazônica o conceito de comunidade está atrelado a uma territorialidade própria, no caso do Vale do Jari, as populações podem ser extrativistas, agroextrativistas e quilombolas, ainda que morem às margens dos rios, pelo que a adoção de conceito de ribeirinhas é dada por nós que buscamos identificar em qual porção da bacia hidrográfica estão inseridas, contudo elas preferem informar como gostariam de serem chamadas. Muitas vezes o acesso às populações ocorre somente por via fluvial, e a distância não se calcula apenas por km e sim tendo em conta, também, as condições do tempo: se o rio está com a maré baixa ou alta, o potencial do motor que conduz a embarcação fluvial e sobretudo a matéria-prima utilizada na construção desta. Deve-se considerar que há um tempo especial diferente que precisa ser considerado, junto a qualquer proposta de intervenção econômica, em especial as que buscam atrair o turismo.

Nesse contexto, o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) surge como uma abordagem que valoriza os recursos naturais e culturais de um território extrativista, por meio de uma oferta articulada da bioeconomia que envolve produtos e serviços que podem gerar renda, emprego e bem-estar para as populações locais, ao mesmo tempo que preserva a biodiversidade e os ecossistemas, promovendo a valorização da cultura local. Nem todos os produtos ou serviços locais irão compor a CBST, contudo, a decisão de quais se tornam viavelmente econômicos é uma decisão que precisa envolver o diálogo coletivo junto aos atores que estão envolvidos na proposta de construção.

A CBST é baseada em um sistema de governança que envolve a participação de atores públicos, privados e associativos, que definem as estratégias e as regras para o desenvolvimento territorial sustentável. Esse enfoque foi

originalmente formulado na França, a partir da experiência de territórios rurais que se diferenciam pela qualidade dos seus produtos típicos (Pecqueur, 2001) e vem sendo aplicado em outras regiões do mundo, inclusive na Amazônia (Medeiros et al., 2021).

O Vale do Rio Jarí, onde está localizada a comunidade São Francisco do Iratapuru é uma região amazônica que abrange partes dos estados do Pará e do Amapá, no Brasil sendo fronteiro com o Suriname e a Guiana Francesa (Silva et al., 2023), e que possui uma grande riqueza natural e cultural, mas também enfrenta diversos desafios para o seu desenvolvimento sustentável. Entre esses desafios, destacam-se a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental, a falta de infraestruturas, a baixa diversificação econômica, a fragilidade institucional e a vulnerabilidade às mudanças climáticas.

A economia da região é baseada principalmente na exploração de recursos naturais, como a madeira, celulose (em declínio), o minério, a Castanha da Amazônia (*Bertholletia Excelsa*), o Açaí e o Breu-Branco, mas também apresenta potencialidades para o turismo, ainda que pouco explorado, pode se beneficiar da beleza cênica, diversidade biológica e da riqueza cultural da região. A oferta de bens e serviços de uma região é uma atividade que pode integrar o Turismo (Capellesso, 2024) de um território, sendo o fator de motivação para que esta atividade seja implantada, desde que seja planejada e executada de forma participativa, responsável e solidária, respeitando a cultura, a identidade e a autonomia das comunidades locais. A autonomia consiste em decidir quando receber o turista, que tipo de turismo se pretende ofertar e parar, quando julgar que a atividade está a ser prejudicial à comunidade.

Como relatam Santos et al. (2011), o turismo pode contribuir para a valorização dos recursos territoriais, geração de renda e emprego, conservação ambiental e para a educação ambiental e cultural dos visitantes e dos anfitriões (De Oliveira, 2024; *Vitae Civilis* & WWF, 2003). Este pode ser atraído pelos produtos e serviços da CBST de comunidades extrativistas, agroextrativistas e quilombolas, criando uma rede de relações entre os diferentes atores territoriais. O argumento principal deste artigo é que mapear as possibilidades de oferta de bens e serviços pode contribuir para elaboração de uma cesta de bens e serviços territoriais, contribuindo para melhorar a qualidade de vida nesta região predominantemente extrativista, ao mesmo tempo que atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015), especialmente os relacionados à erradicação da pobreza extrema, ao combate à desigualdade e à injustiça, educação de qualidade, valorização da vida terrestre, acesso a água potável e saneamento básico e à reparação das mudanças climáticas até 2030.

Cabe salientar que o desejo de implantação do turismo nasce dentro da própria comunidade, que almeja compreender de que forma pode oferecer bens e serviços para atrair o turismo, como também para gerar novas alternativas de renda. Diante do quadro apresentado o objetivo norteador deste artigo, será avaliar as possibilidades e potencialidades de uma cesta de bens e serviços territoriais para a comunidade fluvial extrativista de São Francisco do Iratapuru, alocada no Vale do Rio Jarí, no estado do Amapá, na Amazônia Oriental brasileira, a partir do potencial da sociobiodiversidade regional e da percepção de seus atores.

## 2. Referencial teórico

## 2.1. Origem e Fundamentos

O conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais foi originalmente formulado com base na realidade de territórios rurais franceses. Ela surge como uma resposta à desvalorização desses territórios, que enfrentavam baixa densidade demográfica e declínio econômico. Neste viés, Cazella et al. (2020, p. 193) evidenciam que “A abordagem da cesta analisa a oferta articulada de produtos e serviços que valorizam recursos e ativos específicos de territórios rurais”. Os supracitados autores evidenciam que os pais da abordagem de cestas de bens e serviços territoriais são Pecqueur e Mollard, os quais, em 2001, traçaram as primeiras diretrizes e observam que se trata de um sistema de governança constituído por distintos atores públicos, associativos e privados.

Pecqueur traz, no recorte histórico da França, o papel dos atores locais na construção de oportunidades espaciais no território vivido, criado no desafio do processo de expulsão do campo para a cidade:

Desde os primeiros anos da crise da década de 1970, vimos o surgimento de iniciativas em resposta aos fenômenos do êxodo rural e, de forma mais geral, aos danos causados pela deslocalização das atividades econômicas após a aceleração da globalização. Na França, essas iniciativas assumiram a forma de um movimento de "países" que reconhecem a existência e a dinâmica dos espaços criados pelos atores (2005, p. 296<sup>2</sup>).

Paralelamente no Brasil, no mesmo período ocorreu o êxodo rural, que se acentuou na região Amazônica na década de 80. Contudo, esta ainda é uma região resistente, que vem por meio da organização de comunidades e suas territorialidades, determinadas por uma identidade de luta de direito ao espaço de vivência de permanecerem na floresta, e mais recentemente vem ganhando protagonismo econômico a partir das cadeias produtivas, com maior destaque no Amapá, como as cadeias da produção do Açaí, Pescado e da Castanha da Amazônia (*Bertholletia Excelsa*).

A valorização de produtos e serviços diversificados faz parte dessa experiência: por exemplo, o sul da França não é conhecido apenas pelo famoso queijo Roquefort, a região oferece outros produtos e serviços que compõem a sua CBST, como a carne de ovelha, o mel, o vinho, o pão, o artesanato, o turismo rural, o patrimônio histórico e cultural, a paisagem e a biodiversidade (...). Essa diversidade de produtos e serviços é resultado de um sistema de produção agropastoril que se baseia no manejo sustentável de recursos naturais, entre eles os recursos hídricos, na cooperação entre os atores locais, na valorização da identidade territorial e na inovação tecnológica e social constante. Neste aspecto, Myttenaere (2011) destaca a importância da produção de laticínios dos espaços rurais, que passam a ser atrativos para o turismo considerando sua culinária e serviços ofertados. Nesta linha o incentivo do turismo voltado à gastronomia e às adegas de vinho em Portugal, dando origem ao enoturismo, vem ampliando novas frentes de economias (Faísco et al., 2021), uma realidade já identificada por Marques & Santos (2012).

Cazella et al. (2020, p. 195) evidenciam que Pecqueur (2005), ao escrever a obra que retrata uma abordagem do

---

<sup>2</sup> Tradução própria. Texto original “Dès les premières années de la crise des années 1970, on a vu apparaître des initiatives en réaction aux phénomènes d'exode rural et, plus généralement, aux dégâts dus à la délocalisation des activités économiques consécutive à l'accélération de la globalisation. En France, ces initiatives ont pu prendre, la forme d'un mouvement de « pays » qui reconnaît l'existence et la dynamique d'espaces créés par les acteurs [...]”.

desenvolvimento de novas economias no território francês, destaca que a implantação de cestas de bens e serviços “[...] consiste em identificar fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, tendo os atores locais como «Protagonistas»”. São as diretrizes identificadas no surgimento das cestas de bens e serviços, fatores motivadores na aproximação do potencial local de produção, na constante busca pela bioeconomia amazônica. A inovação de destacar o que já existe consiste em mapear esses potenciais não evidenciados como produtos e oportunidades de novas economias a serem realizadas em comunidades extrativistas no Vale do Jari.

## **2.2. Cesta de Bens e Serviços Territoriais no Brasil: realidade Amazônica**

No Brasil, essa composição resulta na geração de renda de qualidade territorial, beneficiando diversos segmentos produtivos e prestadores de serviços locais (Cazella et al., 2019; Milano & Cazella, 2022). Contudo, a aplicação da CBST no Brasil requer reflexão sobre temas como inclusão social, sustentabilidade do desenvolvimento e sistemas de governança territorial. Há pouca literatura disponível referente ao Conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais, até pelo fato de o tema ser relativamente novo no Brasil, o que dificulta o seu aprofundamento, mas não impede de buscarmos alguns exemplos de experiências bem-sucedidas. Esse pensamento é corroborado por Cazella et al. (2019, citados em Tecchio, 2021, p. 2) ao afirmarem que: “uma análise ancorada no enfoque da CBST no Brasil se justifica devido à abundância de estudos sobre desenvolvimento territorial desprovidos de referencial teórico-metodológico e à existência de escassos trabalhos científicos que recorrem a esse enfoque”.

O sul do Brasil, especialmente os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de acordo com Tecchio et al. (2021), está na vanguarda no conceito de CBST, podendo ser referenciadas algumas iniciativas que podem nortear a elaboração de uma CBST. Por exemplo, no oeste catarinense, destacam-se os estudos desenvolvidos através da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Para ilustrar como a elaboração da CBST pode contribuir e alavancar o turismo nessa remota região, podemos citar alguns exemplos concretos e bem-sucedidos em outros locais na Amazônia. Um deles é o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, criada em 1990, onde as comunidades locais organizaram uma rede de turismo de base comunitária, oferecendo hospedagem, alimentação, trilhas, passeios, oficinas e visitas às atividades produtivas, como a extração da borracha e da castanha da Amazônia. Essa rede de turismo proporciona aos visitantes uma vivência da cultura e da natureza locais, além de gerar renda e valorizar os produtos e serviços da CBST da Reserva.

Outras iniciativas com base no conceito de (CBST) têm apresentado resultados na Amazônia como a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona) no Pará, que articula produtos e serviços florestais, como móveis de madeira, bijoias, artesanato de couro vegetal, licores, alimentos e turismo comunitário (Medeiros et al., 2021). Outro bom exemplo é o caso da Associação Viva Verde da Amazônia (Avive), no município de Silves, no Amazonas, que, desde 1999, vem promovendo o conhecimento do potencial local, levando à produção de cosméticos naturais a partir de produtos da biodiversidade, como o óleo de andiroba e de copaíba, levando ao empoderamento de mulheres na ilha, por meio de formação de coleta sustentável, marketing, gestão empresarial (PNUD, 2012), entre outros.

Há também o manejo integrado do Mandarová-da-Mandioca (*Erinnyis ello*), na região do Vale do Rio Juruá-Acre, que é uma prática agrícola que visa controlar uma praga que ataca a cultura da mandioca, uma das principais fontes

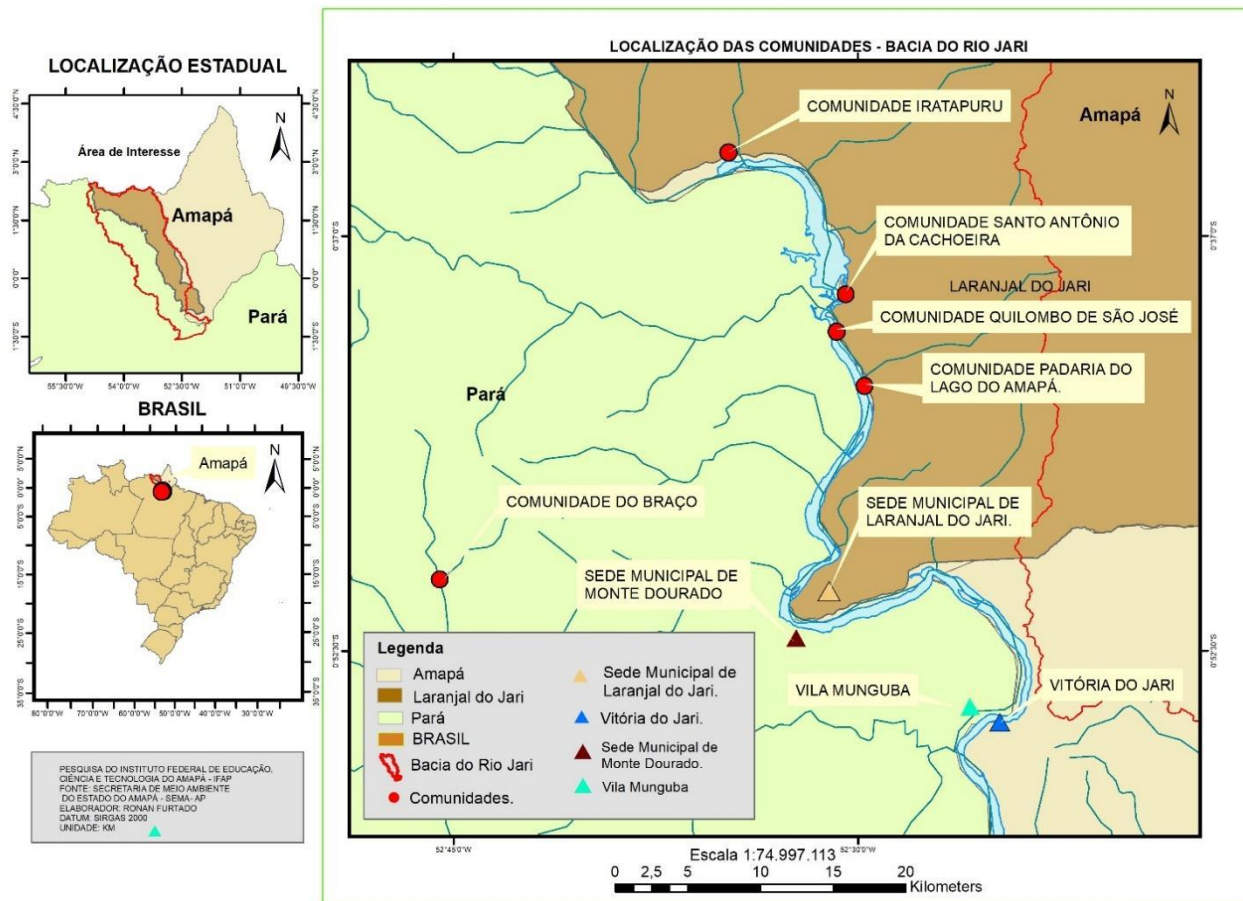
de alimento e renda dos agricultores familiares da região (Fazolin et al., 2007). O manejo consiste em usar técnicas ecológicas e biológicas, como o uso de plantas repelentes, a coleta manual das lagartas, o monitoramento da população da praga e o uso de parasitoides naturais. Essa prática reduz os custos e os riscos do uso de agrotóxicos, aumenta a produtividade e a qualidade da mandioca e preserva o meio ambiente.

O Programa de Regionalização do Turismo na Amazônia Legal (PRT-AL) visa fortalecer a gestão e a governança do turismo nos estados e municípios da região, com base nos princípios da sustentabilidade, da cooperação, da competitividade e da qualidade. O Plano Nossa Amazônia traz propostas para reforçar a preservação e o desenvolvimento da região, com foco na efetividade no combate aos ilícitos ambientais e fundiários, no incentivo à inovação tecnológica e à bioeconomia, no ordenamento territorial e nas fontes de financiamento nacional e internacional, público e privado. Ambos podem funcionar como base para o fortalecimento do Vale do Jari, com predomínios de comunidades tradicionais, que buscam alternativas para o desenvolvimento de suas comunidades. O turismo, que ainda está em fase de implantação na região, necessita da realização de diagnósticos que evidenciem qual a viabilidade das comunidades integrarem o circuito de turismo. Desta forma, este estudo é pioneiro no Vale, e poderá ser ampliado para outras comunidades, ampliando o conhecimento do potencial de ofertas de bens e produtos de cada comunidade.

### **3. Metodologia**

O estudo está integrado no subprojeto “Desafios de Desenvolvimento e Permanência Local”, que almeja identificar o potencial de desenvolvimento e inovação para o turismo e sustentabilidade no Vale do Jari a partir da Iniciativa Amazônia +10 e foi aprovado no Comitê de Ética (Parecer 7.80.159) e pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo Municipal, que são os responsáveis pelo acesso às comunidades em área protegidas. Entre as comunidades extrativistas (Figura 1), envolvidas na pesquisa está São Francisco do Iratapuru. Está inserida na bacia hidrográfica do Rio Jari que possui extensão territorial de aproximadamente 57 mil km<sup>2</sup>, integra fronteiras nacionais (Estado do Pará e do Amapá) e internacionais (Guiana Francesa e Suriname), desaguando no Rio Amazonas (Silva et al., 2022).

**Figura 1**  
*Comunidades extrativistas no Vale do Jari – AP/Brasil*



Fonte: Banco de dados do projeto, 2025.

Metodologicamente, a pesquisa consiste em um estudo de caso (Yin, 2015), através da pesquisa – ação (Thiolent, 2011; Andrade et al., 2023) diante do projeto ao qual está vinculado, objetivando promover o desenvolvimento regional a partir da percepção de seus moradores (Dionne, 2007), complementado com revisão bibliográfica temática, documental e pesquisa de campo, na qual foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas (o roteiro da entrevista contou com 12 questões sobre a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais). Os dados passaram por análises múltiplas: às questões fechadas foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, considerando a frequência da informação; as questões abertas foram organizadas por categorias e subcategorias (Bardin, 2020) permitindo identificar a frequência da informação fornecida por cada respondente, permitindo a quantificação destas respostas.

A população da comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru não possui um número preciso de elementos, diante da constante migração temporária em busca de ofertas de trabalho fora da comunidade. *In loco*, foram identificadas 50 residências, que totalizam de 50 a 70 famílias (sendo que em algumas residências moram mais do que uma família), sendo objetivo inicial alcançar, ao menos, um representante por residência. Destas, foram entrevistadas 48 residências. A pesquisa possui aspectos exploratórios e descritivos, contendo elementos que investigaram os produtos potenciais que podem compor a cesta de bens e serviços e as possibilidades turísticas do território. Para Dallabrida (2020, citado em Amaral, 2022, p. 4) “compreender o patrimônio territorial e seus componentes como norteadores de qualquer análise de recorte espacial, tem-se um indicativo de partida para se pensar o desenvolvimento territorial, levando em conta seus valores e atributos, seus ativos e recursos, materiais, imateriais,

genéricos ou específicos” (p. 8).

## **4. Resultados e discussões**

### **4.1. A comunidade São Francisco do Iratapuru, o Vale do Jari e o potencial da Cesta de Bens e Serviços Territoriais**

A região do Vale do Jari pertenceu ao império fundiário do Coronel José Júlio, controverso latifundiário, a partir de 1862. Este dominou com mão de ferro a região até os anos 1950 e possuía monopólio sobre a venda dos produtos extrativistas e sobre a importação de bens industrializados (Le Tourneau & Beaufort, 2019), sendo os extrativistas da região por muito tempo reféns deste tipo de organização territorial. Em seguida, essa gigantesca área passa ao domínio do bilionário americano Daniel Ludwig (projeto Jari), que concentra suas atividades industriais e agropastoris predominantemente no lado paraense do Rio Jari, tendo como sede o distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim-PA.

Os moradores do Rio Iratapuru, tributário do Rio Jari, continuaram dispersos, exercendo atividades extrativistas isoladas, principalmente colhendo a Castanha da Amazônia, até por volta dos anos 1988 quando, então, organizaram a primeira cooperativa da região, a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU). Esta passa a exercer o protagonismo na reserva e vem crescendo até aos dias atuais, gerando emprego direto aos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável e indireto em todo o Vale do Jari (De Freitas et al., 2022).

A partir do movimento de moradores locais e do reconhecimento da necessidade da implantação de unidades de conservação estadual por parte dos gestores, foi criada, através da Lei Estadual nº 0392 de 11 de dezembro de 1997, com 806.184 hectares, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, sendo esta uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável criada com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade (De Freitas et al., 2022; Silva et al., 2022), estando a comunidade São Francisco do Iratapuru, inserida em suas mediações. A RDS teve grande visibilidade após o lançamento do “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá” (PDSA) do governo do estado, no início dos anos 2000, visando proteger os recursos naturais e garantir melhor qualidade de vida para a população extrativista da região.

Após anos de exploração, a organização em forma de cooperativa liderada por membros da comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru foi uma libertação e a possibilidade da implantação de uma governança onde as diretrizes foram traçadas pelos moradores em busca do direito de inclusão em um desenvolvimento justo, sem agredir a floresta. A comunidade São Francisco do Iratapuru é a prova de que é possível promover o desenvolvimento sustentável.

Sendo o forte da economia a coleta da castanha e a industrialização da mesma, junto a outros produtos que seguem o período de uma campanha de coleta anual, parece pertinente trazer novas possibilidades de geração de economia local (interesse manifestado pela comunidade em reunião realizada em março de 2022) e é neste aspecto que o diagnóstico das possibilidades da construção de uma cesta de bens e serviços territoriais para a comunidade é pertinente, tendo como objetivo agregar valor aos produtos e atividades locais, reconhecendo e valorizando suas

características ecológicas, sociais e culturais e promovendo sua comercialização, divulgação e consumo de forma justa, solidária e sustentável. A CBST pode trazer diversos benefícios para as comunidades fluviais do vale do Rio Jari, tais como: aumento da renda e de qualidade de vida, por meio da geração de emprego; da melhoria das condições de produção; da agregação de valor aos produtos; da abertura de novas economias, como a prestação de serviço ofertada a atividades turísticas; da diversificação da oferta e da demanda; da redução das perdas e dos intermediários; da garantia de preços justos; e da distribuição equitativa dos benefícios (Freitas & Silva, 2022).

O ganho vai além de questões econômicas, como é o caso do fortalecimento da identidade e da cultura, por meio do resgate, da preservação, da valorização e da difusão do conhecimento tradicional, da cultura, da história, da memória dos moradores, da diversidade e da singularidade das comunidades, bem como do reconhecimento e do respeito pela sua autonomia, pela sua organização, pela sua participação e pela sua representação. A valorização da atitude de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, por meio do incentivo ao uso sustentável, ao manejo integrado, à restauração e à proteção dos recursos naturais, bem como da promoção da educação ambiental, da conscientização, da sensibilização e da mobilização das comunidades. E, ainda, a promoção do desenvolvimento regional e territorial, por meio da integração, da articulação, da cooperação e da complementaridade entre as comunidades fluviais e os demais atores sociais, econômicos, políticos e institucionais do Vale do Jari, bem como da promoção da cidadania, da democracia, da inclusão, da equidade, da justiça e da paz social, preconizado pelo Organização da Nações Unidas por meio da Agenda 2030.

A região do Vale do Jari possui uma grande diversidade de produtos originados pela sociobiodiversidade local, que resultam da interação entre as comunidades humanas e os ecossistemas e que possuem um valor econômico, ecológico, social e cultural. A floresta possui recursos naturais conhecidos popularmente como: Açaí, Bacaba, Buriti, Castanha da Amazônia, Cupuaçu, Pupunha, Tucumã, Uxi, Andiroba, Copaíba, Cumaru, Murumuru, Patauí, Pracaxi, Urucum, Cipó-Titica, Pequiá, Breu-Branco, consumidos pela população local e com manifestação de interesse dos que visitam a região. A forma de oferta pode ser variada, desde o óleo, garrafadas, alimentação direta, *in natura* ou industrializado.

Porém, dentre todas as possibilidades e produtos disponíveis a castanha da Amazônia (*Bertholletia Excelsa*) tem sido o carro chefe da economia local e o principal produto do agroextrativismo em toda essa região, que seguirá sendo o carro chefe da economia, enquanto tiver castanheiros e castanheiras lutando por cada árvore em pé, todavia a coleta ocorre apenas em alguns períodos do ano e pode ser comprometido conforme a dinâmica climática do ano, o que leva a necessidade da busca de novas oportunidades de economia. Como bem frisam Freitas e Silva (2022), o processo de cooperação é essencial para o fortalecimento das comunidades tradicionais no Vale do Jari, entre as quais destaca:

Trazendo para nossa realidade quem são essas comunidades, Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, Padaria e a Comunidade Quilombo São José, comunidades essas com identidades específicas, que vivem às margens do Rio Jari há décadas, vivendo de forma tradicional. Comunidades que buscam na floresta o seu sustento, e precisam e necessitam de parceria para o seu desenvolvimento, nenhuma comunidade ou organização tem avanços significativos sem parcerias efetivas, e Iratapuru é exemplo de que as parcerias são essenciais para o sucesso de quaisquer comunidades (pp. 505-506).

Esta é a razão pela qual a comunidade Iratapuru e as demais mencionadas pelo Presidente da Cooperativa Comaru estão sempre abertas a iniciativas de estudos que venham contribuir para o desenvolvimento das comunidades, desde

que sejam apresentados projetos e sejam respeitadas as normas éticas.

#### **4.2. Identificação do potencial de Cesta de Bens e Serviços Territoriais pela Comunidade Extrativista São Francisco do Iratapuru**

Três são os recursos naturais mais conhecidos na área, sendo a Castanha da Amazônia, o Breu-Branco e o Açaí. A castanha do Brasil, também conhecida como castanha do Pará ou castanha da Amazônia (que é o termo usado no Vale do Jari), é um fruto típico da floresta amazônica, que possui alto valor nutricional e comercial. A castanha pode ser consumida *in natura*, torrada, triturada ou transformada em óleo, farinha, leite, manteiga, entre outros produtos. A castanha é um dos principais produtos da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), que reúne mais de 100 famílias de castanheiros da Reserva Extrativista do Rio Cajari, uma unidade de conservação localizada no município de Laranjal do Jari no estado do Amapá. A COMARU é reconhecida como uma das cooperativas extrativistas mais influentes na região e possui um contrato com a fabricante de cosméticos Natura para fornecer 25 toneladas de óleo de castanha por ano. É importante salientar que os comunitários são detentores da sua produção e seu espaço, como observa Freitas e Silva:

Muitos conhecem-na como a fábrica da Natura no Iratapuru. Mas na verdade, a fábrica pertence aos cooperados, à cooperativa dos extrativistas. A empresa nada tem na comunidade, além de uma parceria forte e concreta, com contrato de fornecimento de óleo de castanha da Amazônia e Breu Branco (2022, p. 508).

O Breu-Branco (*Protium heptaphyllum*), também conhecido como almecega, é uma resina aromática extraída de uma árvore da família das burseráceas, que ocorre na Amazônia. O breu-branco possui diversas propriedades medicinais, cicatrizantes, anti-inflamatórias, antissépticas e analgésicas. Esse recurso também é usado na indústria de perfumaria, cosmética e farmacêutica, por seu aroma agradável e duradouro. O breu-branco é um dos produtos comercializados pela cooperativa COMARU. O Açaí (*Euterpe oleracea*), o Pequiá (*Caryocar villosum*) entre outras espécies consumíveis, são também atrativos por suas propriedades que, de forma geral, são consumidas diretamente sem passar por processos industriais. O açaí é um dos produtos muito consumidos na região, pois faz parte do cardápio diário de grande parte das famílias, ele também é uma fonte de renda para muitas famílias, que se dedicam à coleta, ao beneficiamento e à comercialização do fruto que possui valor flutuante, conforme a influência climática na disponibilidade do fruto e na baixa do Rio que torna mais difícil o acesso de barco nos locais das palmeiras onde são retirados.

Esses são os mais conhecidos, contudo, os comunitários conhecem o potencial da floresta e possuem percepção de outras matérias-primas que podem se converter em um produto a ser incluído em uma proposta de economia local. A pesquisa de campo revelou que apesar do desconhecimento do termo Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) manifestado por 87,5% dos entrevistados, a comunidade de São Francisco do Iratapuru, conhece muito bem o potencial dos recursos naturais disponíveis em seu território e anseia por mais conhecimento técnico-científico sobre o tema, para participar com a governança de novas propostas de economia local; tem experiência em cooperativas, associações e vida comunitária; reconhecem os desafios para preservação e conservação dos recursos naturais que já utilizam e os que ainda estão sendo explorados; e está predisposta a troca de conhecimentos em busca da inovação tecnológica para produção de novos produtos.

A descoberta de propriedades medicinais e alimentícias em diversos frutos, folhas, cascas e raízes abriram novas possibilidades na floresta, como acontece, por exemplo, com a semente de Cumaru associado ao mel de abelhas, que se tem mostrado um aliado poderoso nas frequentes crises respiratórias que afetam a população das comunidades florestais no pós-pandemia, além de diversas plantas medicinais já catalogadas anteriormente, a pesquisa revelou que produtos como Pracaxi (*Pentaclethra macroloba*); Breu Branco (*Protium heptaphyllum*); Cumaru (*Dipteryx odorata*); Andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*); e Copaíba (*Copaifera langsdorffii*) são abundantes e a comunidade demonstra conhecimento empírico da extração e uso desses recursos. Estes são potenciais a serem implantados na elaboração de uma CBST na comunidade, considerando que há turistas que se deslocam em busca da cura que a floresta pode oferecer.

Por se tratar de uma comunidade predominantemente extrativista, a maioria dos produtos são destinados a outros mercados, comercializados através da cooperativa local e de atravessadores, sendo a pesca esportiva a atividade que mais atrai turistas na comunidade de acordo com 52,63% dos entrevistados que desfrutaram de um cenário ímpar de florestas e rios ainda bem preservados. Ao serem questionados sobre se a comunidade produz algum tipo de bens ou serviço destinado aos turistas que visitam a comunidade, 12,5% não sabiam informar; 45,8% foram taxativos em dizer que não, enquanto o total de 41,7% afirmou que sim. Para este último grupo, predomina os que informaram que os produtos envolvendo a castanha da Amazônia são o principal atrativo (26,32%), sendo a oferta de comidas e frutas nativas a segunda oferta de produtos e serviços com 10,53% empatando com o próprio turismo. É comum aos que visitam a comunidade desejarem subir o Rio Iratapuru que, em razão de trechos encachoeirados, seja realizado por catraias, que são embarcações menores, sendo necessária a contratação de prestação de serviço dos catraieiros que possuem experiência de navegação no rio supracitado.

**Tabela 1**  
*Identificação de oferta de produtos ou serviços aos turistas que visitam a comunidade*

<b>Produto</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor relativo</b>
Serviços envolvendo pesca	10	52,63%
Envolvendo a castanha	5	26,32%
Comidas e Frutas Nativas	2	10,53%
Turismo	2	10,53%

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Foi perguntado aos entrevistados se conheciam algum produto que pudesse ser desenvolvido na comunidade de forma sustentável e que pudesse agradar aos turistas. 77,1% dos entrevistados informaram que sim ao solicitar que apontassem a matéria-prima; e quais destes teriam potencial para uma Indicação Geográfica (IG), foram apontadas seis matérias-primas, em primeiro lugar ficou a castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), com 76,6% (Tabela 2), seguida do Breu Branco (*Protium heptaphyllum*), com 12,77%.

**Tabela 2**  
*Matéria prima com potencial para elaboração de produtos com potencial turístico*

<b>Matéria prima</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor relativo</b>
----------------------	-----------------------	-----------------------

Castanha da Amazônia	36	76,60%
Pracaxi	2	4,26%
Breu Branco	6	12,77%
Cumaru	1	2,13%
Andiroba	1	2,13%
Copaíba	1	2,13%

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), por ser mais abundante, é também o produto mais explorado, a comunidade demonstra incrível habilidade na coleta, armazenamento e beneficiamento. Outros produtos e serviços que despontam com grande potencial produtivo e valor econômico são: o artesanato, azeite de andiroba, breu branco, açaí, entre outros.

Ao serem questionados se conhecem algum produto com excelência na comunidade para ser conhecido com a marca da mesma, 93,6% afirmaram que sim. Ao ser solicitado exemplos obteve-se uma variedade de produtos, serviços e matérias-primas (Tabela 3), considerando tanto o recurso natural, manufaturado como o artesanato e a extração dos azeites quando a oferta de serviço, podendo ser contemplada na íntegra as sugestões na tabela abaixo:

**Tabela 3**

*Produtos e serviços de excelência aptos a receber o nome da comunidade e ser reconhecida pelo seu território*

<b>Produto – Matéria Prima – Serviços</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor relativo</b>
Castanha da Amazônia	14	29,79%
Artesanato	4	8,51%
Azeite de Andiroba	4	8,51%
Desenho nas Árvores	1	2,13%
Explorar Cachoeiras	4	8,51%
Óleo da Castanha	2	4,26%
Extração do Óleo de Pracaxi	2	4,26%
Copaíba	2	4,26%
Biscoitos de Castanha	3	6,38%
Açaicultura	3	6,38%
Breu Branco	1	2,13%
Farinha de Castanha	2	4,26%
Açaí	3	6,38%
Seringa	1	2,13%
Pequi e Uxi	1	2,13%
Total	47	

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A Castanha da Amazônia enquanto matéria-prima volta a predominar com 29,79% das indicações, sendo acrescidos os produtos a serem extraídos destas como a “farinha, o óleo e a bolacha da Castanha da Amazônia”, que juntos somam 14,9%. O açaí enquanto matéria-prima e a açaicultura enquanto serviços também são mencionados. A açaicultura é a arte da produção e extração do recurso, sendo considerada pelos moradores como um atrativo a ser

vivenciado pelo turista. Outro produto que chama a atenção é a proposta de trilhas para serem visualizados os desenhos nas árvores, que, de acordo com o entrevistado, é algo que foi deixado pelos ancestrais e quase ninguém viu os desenhos, sendo conhecidos apenas pelos moradores do local onde estão localizados.

O artesanato também é mencionado e reforça a voz de moradores antigos que acreditam que por meio deste é possível manter viva a cultura local, como por exemplo a fabricação dos paneiros, que são cestos para carregar a safra da castanha, que somente os mais antigos sabem fazer. Foram também evidenciados outros produtos que podem ser confeccionados para venda, como bijoias, recipientes, entre outros criados para uso de sementes, orços, cipós e folhas (palha), sendo reforçadas matérias-primas com finalidades para tratamento de saúde e beleza como os óleos de Andiroba e Pracaxi, entre outros”.

Uma matéria-prima que hoje possui pouco valor econômico também é mencionada que é a seringa (*Hevea brasiliensis*), responsável pelo processo de migração de milhares de nordestinos para a Amazônia. O entrevistado acredita que o uso da borracha segue ocorrendo, de forma que é possível resgatar o valor dessa matéria-prima para uma indústria que acredita poder atribuir a sua marca a comunidades que mantêm a floresta em pé e que pode ser visto como sinônimo de desenvolvimento sustentável.

Observa-se que a comunidade anseia pela implantação de novas economias e está preparada para tal processo, contudo, se fazem necessárias parcerias para ampliar as possibilidades, já que as potencialidades foram apresentadas pela comunidade nesta pesquisa, sendo uma missão de todos os setores, entre os quais estão as instituições de ensino, pesquisa e extensão. Como salientam Freitas e Silva:

A comunidade acredita que a parceria com as instituições de ensino e pesquisa são de grande valia para o seu desenvolvimento. As comunidades tradicionais são ricas em saberes empíricos, são como diamantes brutos que precisam ser lapidados, e é nesse contexto que a comunidade decidiu destinar parte de seu recurso da RB para a pesquisa. Entendo que a pesquisa tem um papel importante para que haja desenvolvimento das comunidades (2022, p. 502).

Junto ao diagnóstico elaborado por uma instituição de pesquisa, se faz necessária a intervenção da ação governamental, no processo de infraestrutura e formação continuada para implantação da inovação na bioeconomia local. Para os entrevistados a presença tímida do poder público faz com que a comunidade planeje e execute suas próprias ações, tendo como parceira principal a cooperativa COMARU. Quanto à questão voltada ao turismo, que é um anseio apresentado pela comunidade em reunião com os pesquisadores deste artigo no ano de 2022, as populações inquiridas acreditam que o turismo pode suprir um período onde a coleta da castanha da Amazônia não ocorre.

Ao serem perguntados a respeito da motivação governamental para tal implantação, somente 8% informaram que sim, lembrando da formação de turismo comunitário ofertado pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, antes da pandemia e que não teve continuidade à pauta após o período, 25% relataram que se ocorreu não sabem informar porque não participaram, enquanto 66,7% alegaram nunca terem participado de reunião para implantar o turismo, antes das atividades da presente pesquisa. Maior presença do poder público, trazendo escolas e capacitando os jovens extrativistas que já trazem o conhecimento empírico herdado de seus ancestrais, seria muito bem-vinda e ampliaria a visão do conceito de CBST na comunidade. Isso ficou bem claro por relatos espontâneos durante a pesquisa de campo.

A comunidade deseja potencializar o comércio e o turismo na região, e para isso está predisposta a participar de cursos e oficinas ofertados pelo poder público ou entidades educacionais particulares parceiras, que possam trocar experiências na elaboração de uma CBST para a comunidade, desejo manifestado por 81,3% dos entrevistados que apontaram o curso de Condutor de Turismo em Unidades de Conservação, realizado pelo Instituto Federal do Amapá, no campus de Laranjal do Jari como uma opção de formação inicial, enquanto que 4,1% informaram que depende de quando o curso será ofertado, em razão do período de atividades na floresta, pelo que apenas no momento em que o curso chegar poderão analisar e decidir.

A atividade de condutor de turismo dentro da unidade de conservação ganha um importante papel a partir do potencial paisagístico que pode atrair o turismo de aventura na comunidade que está atrelado à vegetação da reserva, que é hoje considerada a guardiã das árvores gigantes (Freitas & Silva, 2022) e vem impulsionando o turismo científico, tendo ocorrido várias expedições para o reconhecimento das árvores gigantes, conduzida pelo pesquisador Diego Armando Silva, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

## **5. Em conclusão: desafios e recomendações**

Apesar desses exemplos positivos, a elaboração da CBST também enfrenta desafios e limitações que devem ser considerados na sua implementação e gestão. Alguns desses desafios são a garantia do acesso e do uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais, frente às ameaças de grilagem, desmatamento (ativo na extração de madeira para exportação), mineração e grandes projetos de infraestruturas. A organização e a capacitação dos atores locais para a produção, o beneficiamento, a comercialização e a certificação dos produtos e serviços da CBST, garantindo a qualidade, a rastreabilidade e a agregação de valor dos produtos, são também desafios a considerar. Outros serão a articulação e a participação dos atores locais nos espaços de governança territorial, buscando o diálogo, a cooperação e a incidência política junto aos demais atores públicos, privados e associativos; a adequação e a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, como energia, comunicação, transporte, saúde e educação, que são essenciais para o desenvolvimento territorial sustentável. Finalmente, devemos considerar a promoção e a divulgação do turismo de forma responsável e solidária, respeitando a capacidade de carga, a cultura e a autonomia das comunidades locais.

Essas são algumas das possíveis contribuições do agroextrativismo, da CBST e do turismo para o desenvolvimento sustentável da Comunidade de São Francisco do Iratapuru no Vale do Jari, em consonância com as metas da Agenda 2030 e dos ODS. No entanto, essas contribuições não são automáticas nem garantidas, dependendo de uma série de fatores, como da vontade política, da participação social, da articulação institucional, da disponibilidade de recursos, da capacitação técnica, da monitoração e a avaliação permanente dos resultados. Por isso, é necessário um esforço coletivo e contínuo dos diferentes atores envolvidos, tanto no âmbito local quanto no âmbito nacional e até internacional, para que essas estratégias sejam implementadas e gerem os benefícios esperados para o território e para as suas populações, iniciando com a construção de uma Agenda 2030 local, na qual a comunidade pode estabelecer as diretrizes para alcançar as metas a curto e médio prazo para o desenvolvimento econômico, sem comprometer a sustentabilidade do seu espaço de vivência.

Buscar a inovação produtiva de um território demanda conhecimento técnico, teórico e do território pretendido. Neste artigo, analisamos a viabilidade e a pertinência da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) para o desenvolvimento sustentável da comunidade fluvial de São Francisco do Iratapuru, no Vale do Rio Jari, região amazônica, que possui uma grande riqueza natural e cultural, mas que também enfrenta diversos desafios sociais, econômicos e ambientais. Além disso, abordamos as formas de governança territorial existentes e potenciais no Vale do Jari, que podem contribuir para a elaboração e a implementação de uma CBST, com foco nas possibilidades turísticas. Por fim, discutimos o impacto mais amplo do agroextrativismo, do desenvolvimento regional, da CBST e do turismo, em consonância com as metas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Os resultados obtidos indicaram que a CBST pode ser uma ferramenta útil e relevante para o desenvolvimento territorial sustentável da comunidade e de todo o Vale do Jari, ao valorizar os recursos naturais e culturais do território, gerar renda e bem-estar para as populações locais, preservar a biodiversidade e os ecossistemas e atender aos ODS da ONU. No entanto, essa abordagem também apresenta alguns desafios, como a necessidade de uma maior articulação e cooperação entre os diferentes atores envolvidos, a garantia de qualidade e diferenciação dos produtos e serviços ofertados, a adequação às demandas e expectativas dos turistas nacionais e internacionais e a compatibilização entre o crescimento econômico e a conservação ambiental. Portanto, é necessário um esforço coletivo e contínuo dos atores locais, regionais e nacionais para que a CBST seja implementada e gere os benefícios esperados para o território e para as suas populações.

Este artigo contribui para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas às comunidades agroextrativistas, ao desenvolvimento regional, à CBST e ao turismo nessa região, ao trazer uma análise empírica e crítica sobre o estudo de caso de São Francisco do Iratapuru no Vale do Jari, uma região pouco estudada e conhecida, mas que possui um grande potencial para se tornar um polo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Esperamos que esta pesquisa possa inspirar e subsidiar novos estudos em outras comunidades ampliando e fortalecendo ações que visem a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

## Informação Suplementar

### Autores

#### Antônio Waldery do Nascimento

Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
Amapá), Laranjal do Jari, AP, Brasil.

[waldery56@gmail.com](mailto:waldery56@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8487-9427>

#### Nubia Caramello

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural  
Sustentável. Universidade do Oeste do Paraná.  
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento Territorial –  
GOT, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

[nubia.caramello@ifap.edu.br](mailto:nubia.caramello@ifap.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-2167-9759>

#### Diego Armando Silva da Silva

Departamento de Engenharia Florestal (Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá) Laranjal do Jari,  
AP, Brasil

[diego.armando@ifa.edu.br](mailto:diego.armando@ifa.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0003-1018-3640>

### Agradecimento

Os autores agradecem à Iniciativa Amazônia + 10, que através das fundações FAPEAP, FAPESP, FAPERO e Araucária, financiou a presente pesquisa, a partir da chamada Nº 003/2022.

### Nota

O presente estudo integra resultados da pesquisa realizada pelo primeiro autor dentro da pós-graduação em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, campus Laranjal do Jari, entre 2023 a 2024, estando a vertente integrada dentro do projeto macro Amazônia + 10, com orientação e integração da elaboração e escrita da proposta pelos demais autores.

**Data de submissão:** 2024-11-29

**Data de aceitação:** 2025-04-22

**Data de publicação:** 2025-06-30

## Referências

- Amaral, R. M., & Afonso, H. C. A. G. (2022). Áreas verdes e as potencialidades do parque natural municipal de Nova Iguaçu (pmni) para a hipótese da cesta de bens e serviços territoriais. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 8(1) <https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.618>
- Andrade, I. T., Rebollar, P. B. M., & Cazella, A. A. (2023). A pesquisa-ação e a abordagem da cesta de bens e serviços territoriais no contexto brasileiro. *10º Encontro de Rede de Estudos Rurais: “Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo*. UFSCAR, São Carlos – SP.
- Bardin, L. (2020). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, São Paulo.
- Capellesso, A. J. (2024). O turismo enquanto componente de uma cesta de bens e serviços territoriais no extremo oeste catarinense. *Raízes: Revista de Ciências Sociais E Econômicas*, 44(1), 21–40. <https://doi.org/10.37370/raizes.2024.v44.846>
- Caramello, N., Andrade, N. R., Carniatto, I. & Hanai, F. Y. (2024). Desafios para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Gestão da Água: um Diálogo entre Pesquisadores e Comunidades na Amazônia Brasileira. *Agua y Territorio / Water and Landscape*, Jaen, Espanha. ISSN: 2340-8472 ISSN: 2340-7743
- Cazella, A. A., Paula, L. G. N., Medeiros, M., & Turnes, V. A. (2019). A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes24*(3), 49-74.
- Cazella, A. A., Medeiros, M., Desconsi, C., Schneider, S., & Paula, L. G. N. (2020). O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: Seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3), 193-206.
- Civitate Civilis & WWF. (2003). *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável*. São Paulo
- De Freitas, B. D., Moreira, D. S. O., Carmo, L. L., & Moreira, P. I. O. (2022). Experiência da indústria comunitária da cooperativa mista dos produtores e extrativistas do Rio Iratapuru na cidade de Laranjal do Jari, Amapá, Brasil. In Caramello, N. et al. (Org), *Diálogo transfronteiriço e transversal em prol da gestão dos Rios e das Águas* (pp. 250-265). Ituiutaba, MG: Editora Zion.
- De Oliveira S. L. H. (2024). A instrumentalização da paisagem pelo turismo: o caso da Serra Fina –Sudeste do Brasil. *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 27, 44-67. <https://doi.org/10.17127/got/2024.27.003>
- Dionne, H. (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Série Pesquisa, Distrito Federal.
- Fáisco, A., Simplício, D., & Carmo, André (2021). Enoturismo e Desenvolvimento Local: Reguengos de Monsaraz, Cidade Europeia do Vinho 2015. *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 21, 290-310. <https://dx.doi.org/10.17127/got/2021.21.012>
- Fazolin, M., Estrela, J. L. V., Campos Filho, M. D., Santiago, A. C. C., & Frota, F. De S. (2007). Manejo Integrado do Mandarivá-da-Mandioca *Erinnyis ello* (L.) (Lepidoptera: Sphingidae): *Conceitos e Experiências na Região do Vale do Rio Juruá, Acre / Murilo Fazolin*. Rio Branco, AC: Embrapa Acre.
- Freitas, M. A. F. & Silva, D. A. S. da. (2022). A voz do povo da floresta: a importância da pesquisa das parcerias para desenvolvimento comunitário. In Caramello, N. et al. (org). *Diálogo transfronteiriço e transversal em prol da gestão dos Rios e das Águas* (pp. 502-511). Ituiutaba, MG: Editora Zion.
- Le Tourneau, F. M., & Beaufort, B. (2019). *São Francisco do*

*Iratapurú: O Impacto de uma grande obra.*

- Marques, J., & Santos, N. (2012). Espaços turísticos e novas formas de alojamento. *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 1, 103-126.
- Mateo Rodrigues, J. M., & Silva, V. E. (2010). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios*. Edições UFC, Fortaleza.
- Medeiros, M., Sablayrolles, P. J. L., & Cazella, A. A. A (2021). Configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. *Redes*, 26.
- Milano, M. Z., & Cazella, A. A. (2022). Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 42(1), 74-92. [10.37370/raizes.2022.v42.773](https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.773).
- Myttenaere, B. (2011). Tourisme rural et valorisation des ressources alimentaires locales: le cas de l'aop Fromage de Herve. *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, 57, 37-51.
- ONU - Nações Unidas Brasil. (2015). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável / Água potável e saneamento. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- Pecqueur, B. (2001). Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Paris, Economie Rurale*, 261, 37-49.
- Pecqueur, B. (2005). Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In Antheaume, B.; Giraut, F. (Ed.), *Le territoire est mort: vive les territoires!: une refabrication au nom du développement* (pp. 295-316). Paris: IRD.
- PNUD (2012). Associação Vida Verde da Amazônia (AVIVE), Brazil. *Equator Initiative Case Study Series*. New York, NY.
- Santos, N., Cravidão, F., & Cunha, L. (2011). *Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território*. In 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, Montevideo (pp. 1-26). <https://hdl.handle.net/10316/13835>
- Silva, D. A. S. Da., Gorges, E. B., Lima, R. B. de., Batista, A. P. B. & Sousa, C. S. C. de. (2022). Diário de bordo da 2ª expedição em busca da árvores gigantes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru na Amazônia Legal (Amapá, Brasil). In Caramello, N. et al. (org), *Diálogo transfronteiriço e transversal em prol da gestão dos Rios e das Águas* (pp. 263-279). Ituiutaba, MG: Editora Zion.
- Silva, E. C., Silva, A. S. & Caramello, N. (2023). Fauna percebida na paisagem ribeirinha durante a subida das águas do Rio Jari – Amapá. *Revista Farol*, 20(20).
- Tecchio, A., Capellesso, A. J., Dorigon, C., & Cazella, A. A. (2021). Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, 8(1), 1 – 20.
- Thiolent, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. Editora Cortez, São Paulo.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 5ª Edição. Porto Alegre: Bookman.